



**Espaço &  
Geografia**

**A QUESTÃO DO ESTADO NA GEOGRAFIA  
POLÍTICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

---

CIGOLINI, A. A

**Adilar Antonio Cigolini<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná, Departamento de Geografia, Curitiba, Brasil. [adilar@ufpr.br](mailto:adilar@ufpr.br).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4774-5336>

Recebido: 19/02/2022; Aceito: 04/07/2022; Publicado: 12/07/2022

DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562022e42049>

## **A questão do estado na geografia política contemporânea brasileira**

### **Introdução**

Quando, em meados da década de 90, cursei geografia política e Geopolítica, na graduação, não vi nada de interessante na disciplina. Passamos o tempo olhando para o número de países em cada continente, extensão, organização estatal, alguns textos sobre blocos econômicos. Nada atraente, ao contrário, a tal da disciplina enfadonha, como disse Ives Lacoste (1988). Poder, Estado, Política, Democracia e Cidadania passaram ao longe da formação. Óbvio que isso não era a regra em todos os cursos de geografia.

Enquanto minha experiência com a disciplina era nesses termos, ela passava por um formidável avanço teórico-metodológico. Olhando para os últimos 30 anos, dessa literatura, que permitiu o avanço da disciplina, conclui-se que em meados da década de 1990 não faltava literatura adequada para que fôssemos inseridos no rico universo da renovação da geografia política, mas pelo que parecia, essa disciplina era considerada “menor” dentro do universo da formação em geografia, na Universidade onde estudei.

O desenvolvimento da disciplina foi constatado por muitos pesquisadores. Castro (2021, p.24) afirma

Com a crescente visibilidade da política, seu campo tornou-se mais amplo e complexo, obrigando a uma renovação de suas perspectivas teóricas e conceituais e, estou de acordo com Brennetot quando declara que a geografia política se tornou um dos subramos mais dinâmicos e fascinantes da geografia contemporânea.

CIGOLINI, A. A

Para Sanguin (2016, p. 13), com novas teorizações, sobretudo, a partir da década de 1970, foi gerado um

“[...] novo quadro conceitual que a Geografia Política saiu de sua posição periférica, que ela se revitalizou no contato com outras ciências sociais (Ciência Política, Sociologia Política, Etnologia, Psicologia Social) e, enfim, que ela se reconsiderou em termos de formulação e de organização de seu campo de investigação”.

Smith ainda em 1994 já chamava atenção para o crescente interesse em relação a geografia política:

A soberania, como princípio de autoridade do Estado vem sendo desafiada, também, particularmente nas modernas democracias tardias, por uma ampla gama de formas coletivizadas de ação social, se bem que frequentemente de maneira mais sutil e indireta. Esses desafios estão fundamentados em um sentimento de que o “bem político comum”, no qual se fundamenta a autoridade política do estado democrático soberano, não deveria simplesmente ser interpretado como a prerrogativa da nação-estado (SMITH, 1994, p.67).

Para ele, as transformações do Estado-nação iriam levar a novas perspectivas e desafios, em relação a forma de analisar os fenômenos políticos, que saiam do escopo do Estado e se ligava a grupos/comunidades diversas, o que exigiria uma análise dos fenômenos políticos desde baixo. Haveria, portanto, uma nova espacialidade da política. Cidadania e democracia seriam aspectos centrais dessas novas espacialidades. Mais recentemente, Castro (2005) também apresentou uma obra sistemática trazendo questões da relação entre espaço e política, que refletem e apontam caminhos possíveis à disciplina, em várias escalas.

Após essas décadas de desenvolvimento e das novas formas do fazer político que existem na contemporaneidade, a disciplina chegou a um momento de maturidade, sendo capaz de dar respostas efetivas, como campo de pesquisa, a esse momento político.

Desse modo, para além da perspectiva de uma Geografia Política que desde Ratzel e do conjunto de autores que se seguiram (COSTA,1992) tinham como referência o Estado como objeto da disciplina, foram construídas outras

CIGOLINI, A. A

referências espaciais, sem as quais é impossível entender o mundo em que vivemos, na perspectiva da relação entre espaço e política. É uma evolução libertadora, do ponto de vista teórico-metodológico que permite um diálogo muito mais apropriado no campo das ciências. Entretanto, como ficou a questão do Estado na Geografia Política brasileira?

A partir de uma inquietação particular e de reflexões trazidas por Castro (2021) esse texto tem como objetivo trazer alguns apontamentos para problematizar a relação das pesquisas, sobre o Estado, na Geografia Política que tem sido feita no Brasil. Tais apontamentos têm como meta provocar a discussão sobre essa relação, longe, portanto, de apresentar assertividades.

### **O estado está presente na geografia política contemporânea produzida no brasil?**

O desenvolvimento da disciplina de Geografia Política rebateu diretamente nos cursos de graduação e Pós-graduação, nos quais, a cada dia há maior interesse por pesquisas, em diversas escalas, relacionando espaço e política, com um grande número de temas. A geografia política clássica, cuja atenção era dada ao Estado, estaria assim, finalmente superada. Será? Castro em seu texto (2021, p.08) aponta “[...] *algumas das razões objetivas para retomar o tema Estado como ainda necessário à geografia política contemporânea*”, das quais não podemos discordar.

Minhas pesquisas denotam que sou um pesquisador do Estado, mesmo que seja um aspecto muito particular dessa Instituição – a divisão territorial na escala local: a criação de municípios. Pode-se dizer, então, que o tema está vinculado à Geografia Política clássica, mesmo que a abordagem não seja com base nos autores de referência daquela geografia, o objeto o é. Isso ocasiona, em certos momentos, um olhar questionador de muitos geógrafos políticos: mas, o Estado? Com tantos problemas que existem você ainda está no Estado? Questões como essa de forma direta ou indireta ouvi mais de uma vez. O artigo de Castro

CIGOLINI, A. A

(2021) é, nesse sentido, oportuno por trazer muitas temáticas absolutamente imprescindíveis à geografia política contemporânea, entre as quais a necessidade de retomar o estudo do Estado, como fundamental para entender os fenômenos ligados à espacialidade da política. Entretanto, não se trata somente de retomar, mas quem sabe, debater em que termos o Estado tem aparecido nas pesquisas da disciplina. Do nosso ponto de vista, o Estado tem sido muito mais presente do que, num primeiro momento, parece.

É por esse caminho que pretendemos ir: como o Estado tem aparecido na agenda contemporânea da Geografia Política? Uma fonte segura para responder essa questão, são os anais do CONGEO – Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Trata-se de um evento que, embora recente, reflete justamente o crescente interesse pela disciplina. A exemplo de outras áreas da geografia, a Geografia Política não poderia deixar de ter um fórum adequado, onde fosse possível reunir estudantes e pesquisadores num espaço de apresentação, questionamentos e reflexões sobre o universo da disciplina. Até o presente momento foram realizados três CONGEOS. O primeiro com o tema *Racionalidades e Práticas em Múltiplas Escalas* foi realizado na Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro-RJ, em 2014. O segundo, com o tema *A Integração Sul Americana e Inserção das Regiões Periféricas* foi realizado na UFRN, em 2016. Em 2018 foi realizado o III CONGEO, na UFF, em Niterói, no RJ, com o tema *Crise e Reinvenção dos Espaços da Política*.

Nesses CONGEOS as pesquisas têm sido apresentadas e debatidas em eixos que agrupam temáticas semelhantes. O quadro 01, a seguir, traz os eixos dos três eventos.

Quadro 01: Eixos temáticos dos CONGEOS

	Eixo 01	Eixo 02	Eixo 03	Eixo 04	Eixo 05	Eixo 06	Eixo 07	Eixo 08
2014	Geografia política e geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI (25)	(Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e Sustentabilidades (21)	Localismo, nacionalismo, regionalismo e Globalismo (26)	Fronteiras: um constante desafio territorial (18)	As escalas de gestão das políticas territoriais (31)			
2016	Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos Séculos XX e XXI (20)	Geo(políticas) do Meio Ambiente, Gestão de Recursos e Sustentabilidade (08)	Localismo, Nacionalismo, Regionalismo e Globalismo (10)	Fronteiras um constante desafio territorial (10)	As escalas de gestão das políticas territoriais (32)	A integração Sul-Americana (14)		
2018	Geografia política e geopolítica: dos	(Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos	Localismos, nacionalismo, regionalismo	Fronteiras e limites em	As escalas de gestão das	Integração regional e novos	Território, política, cidadania e	Geografia política e ensino:

CIGOLINI, A. A

	enfoques clássicos às renovações contemporâneas (16)	recursos e sustentabilidades (33)	s e globalismos (12)	múltiplas escalas (26)	políticas públicas territoriais (33)	espaços da cooperação e do conflito internacion al (23)	democracia (30)	inovações temáticas, conceituais e metodológica s (28)
Total	61	62	48	54	96	37	30	28

Fonte: Anais do I, II e III CONGEO, disponível em <https://www.rebrageo.org/>. Acesso em 01.12.21. Organização: Adilar Antônio Cigolini

Nota: Após o nome de cada eixo, em cada um dos CONGEOS, entre parêntesis, consta o número de trabalhos inscritos no eixo.

CIGOLINI, A. A

No conjunto, nota-se que há uma evolução no número de eixos, que trazem todos os temas clássicos e incorporam as novas problemáticas, imprescindíveis a uma disciplina que pretende, através da pesquisa, elucidar, por meio do seu suporte teórico e metodológico específico, os desafios que a realidade contemporânea impõe.

Para fins de entender a evolução de cada eixo, abaixo transcrevemos as ementas, que estão disponíveis no site da REBRAGEO para em seguida, comentá-los. Para o CONGEO de 2016 estão disponíveis apenas os títulos dos eixos, mas não as ementas.

Em 2014 o eixo temático 01, *Geografia política e geopolítica clássica e contemporânea dos séculos XX e XXI*, constava a seguinte ementa: o pensamento clássico e contemporâneo da Geografia política e Geopolítica; Os fundadores da Geografia política e da Geopolítica; A renovação do pensamento, dos conceitos e dos temas da Geografia política e Geopolítica, a saber: Federalismo, Sistema eleitoral, Cidadania, Redes, Democracias representativa e participativa, o papel dos Estados nacionais, as Relações Internacionais na era da globalização, a Segurança e Defesa em tempos de paz, as Guerras regionais e as redes internacionais do terrorismo, a Geopolítica cibernética, as mídias alternativas e os novos atores supranacionais na relação entre espaço e poder. Esse mesmo eixo foi mantido no ano de 2018, com a seguinte ementa: geografia política e geopolítica: dos enfoques clássicos às renovações contemporâneas, com a seguinte ementa: geografia política e geopolítica na história das ciências; Geopolítica clássica e suas releituras contemporâneas; As geopolíticas críticas e a renovação da geopolítica; Circulação das ideias geopolíticas: entre o acadêmico, o prático e o popular; Historiografia e história do pensamento geopolítico brasileiro; O uso de imagens e mapas na produção e recepção de ideias geopolíticas; Teorias, conceitos e métodos da geografia política; Diálogos interdisciplinares da geografia política e da geopolítica; Redes, instrumentos e tecnologias espaciais de poder; Geopolítica do conhecimento e colonialidade do saber/poder; Abordagens alternativas de classe, raça e gênero na geografia política

CIGOLINI, A. A

Esse primeiro eixo manteve a mesma nomenclatura nos eventos de 2014 e 2016 e alterou no evento de 2018, mas apontando para a mesma direção. A ementa, entre 2014 e 2018, teve significativa alteração, mas no sentido de precisar, de modo claro, as intenções do eixo. Destaca-se o acréscimo de temas como classe, raça e gênero na geografia política, muito pertinente nas questões contemporâneas.

Em 2014 o eixo temático 02, *(Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e sustentabilidades*, tinha a seguinte ementa: o avanço tecnológico e as novas formas de apropriação dos recursos; Guerra e Paz: conflitos e acordos em torno da apropriação e uso da natureza; Poluição, medidas mitigadoras e a gestão ambiental; Mercados do ar e da água, e as estratégias de gestão da biodiversidade; As formas e controles de uso da natureza e o desenvolvimento; Natureza, Sociedade e Sustentabilidades: engenharias e estratégias em múltiplas escalas; Os projetos nacionais do desenvolvimento sustentável; Escalas locais/regionais e as políticas ambientais: contradições, possibilidades e arquiteturas territoriais. Esse eixo foi mantido no ano de 2018 com o mesmo título, mas com mudança da ementa: Mudanças tecnológicas e novas formas de apropriação dos recursos; Risco ambiental: vulnerabilidade e políticas de gestão; Território e ambiente: conflitos territoriais e justiça ambiental; Poluição, medidas mitigadoras, mercados do ar e da água; Política de águas: escalas e espaços de gestão; Gestão da biodiversidade e de áreas protegidas; Formas e controles de uso da natureza; Natureza, Sociedade e Sustentabilidades: engenharias e estratégias em múltiplas escalas; Escalas locais/regionais e as políticas ambientais: contradições, possibilidades e arquiteturas territoriais; Natureza na cidade: meio ambiente e política urbana; Mudanças climáticas e governança ambiental global. A alteração da ementa foi mais no sentido da inclusão de temas, tais como justiça ambiental e a questão das mudanças climáticas, sem entretanto, abandonar questões tratadas desde 2014.

Em 2014 o eixo temático 03, *Localismo, nacionalismo, regionalismo e globalismo*, tinha a seguinte ementa: o poder local no federalismo brasileiro; Fragmentações X Divisões territoriais; um problema espacial? Identidade e

CIGOLINI, A. A

regionalismo na definição de novos territórios; Regionalização e crise: soberanias e autonomias; Modelos de regionalização: crise de identidade nacional? Políticas supranacionais de gestão cooperativa entre nações; Entre o local e o global: políticas setoriais e a reestruturação dos territórios; Emergência de novos poderes regionais: os BRICS; Agências reguladoras e os impactos de suas políticas territoriais; Gestão compartilhada de territórios: reengenharias de políticas multiescalares. Em 2018 a ementa foi a seguinte: localismos e regionalismos no federalismo brasileiro; Estado, grupos organizados e construção de identidades; Regionalização e crise: soberanias nacionais e autonomias; Autonomias territoriais, identidades emergentes e crise do Estado-nação; Emergência de novos poderes regionais: arquiteturas territoriais e seus discursos políticos; Paradiplomacia e relações exteriores de poderes locais; Conexões local-global como estratégia geopolítica; Nacionalismos e processos de formação dos territórios nacionais; Normas internacionais, multilateralismo e desafios à soberania nacional; Migrantes internacionais e refugiados em face dos nacionalismos.

Esse eixo manteve nomenclatura nos três eventos, mas com a alteração da ementa, sem, entretanto, abandonar questões tratadas desde 2014. Tais alterações incluíram temas de grande importância, a exemplo da questão dos migrantes e refugiados.

Em 2014, o eixo temático 03, *Fronteiras: um constante desafio territorial*, tinha a seguinte ementa: Teoria e prática sobre os fenômenos fronteiriços; As divisões territoriais na configuração do espaço da política; Fluidez/Porosidades em diferentes contextos fronteiriços; A defesa-controle de fronteiras; Gestão compartilhada de fronteiras: as faixas de fronteira e suas possibilidades; Fronteiras simbólicas: marcas das diferenças / desigualdades espaciais; Políticas migratórias e as fronteiras do mundo contemporâneo; Fronteira, pluralidade e cosmopolitismo; Alfândegas e fronteiras no século XXI. No ano de 2018 consta: Teorias e metodologias para Estudos Fronteiriços; Formação territorial das fronteiras e dos limites; História do pensamento sobre fronteiras; Interações espaciais transfronteiriças; Divisões e limites em diferentes escalas; Agentes e

CIGOLINI, A. A

suas práticas nas fronteiras internacionais; Geopolítica e disputas nas fronteiras; Cidades gêmeas e regiões fronteiriças e transfronteiriças; Políticas de defesa, segurança e controle das fronteiras; Integração, migração e desenvolvimento regional nas fronteiras do mundo contemporâneo.

O eixo manteve a nomenclatura nos dois primeiros eventos e alterou no último, incorporando os conceitos de limites e escalas no título. Sem abandonar questões tratadas desde 2014, a ementa tornou-se mais rica e passou a refletir com mais precisão as possibilidades de pesquisa no tema, incorporando inclusive, a dimensão epistemológica.

Em 2014 o eixo temático 03, *As escalas de gestão das políticas territoriais*, tinha a seguinte ementa: transformações das políticas espaciais frente à globalização /fragmentação/divisões territoriais; Estado nacional, desenvolvimentismo e suas escalas de ação; Redefinição das políticas territoriais em cenários de instabilidade financeira; Novos atores/sujeitos políticos, econômicos e culturais na redefinição da gestão de políticas territoriais; A multidimensionalidade do poder na gestão do território; Territórios verticais X territórios horizontais: a resistência local frente aos projetos heterônomos e exógenos. Políticas distritais e de bairro na construção do poder de participação na gestão pública. No ano de 2018: Agentes, atores e escalas de gestão dos territórios: cooperações e competições entre níveis de poder; Recomposições e pactos político-territoriais; Estado nacional, desenvolvimentismo e suas escalas de ação; Redefinição das políticas territoriais em cenários de instabilidade financeira; Novos atores/sujeitos políticos, econômicos e culturais em processos de governança territorial; A multidimensionalidade do poder na gestão do território; Competências, competições e cooperações no federalismo; Verticalidades e horizontalidades: a resistência local frente aos projetos heterônomos e exógenos; Responsabilidade Social do Território (RST) e os localismos éticos; Políticas distritais e de bairro na construção de uma gestão territorial participativa; Mobilidade/transferência de política pública na governança territorial.

O eixo manteve a mesma nomenclatura nos dois primeiros eventos e alterou no último, dando uma noção mais assertiva ao incorporar o termo *públicas*

CIGOLINI, A. A

às políticas territoriais. A ementa teve mudanças significativas que, sem abandonar o conteúdo do primeiro evento, detalhou e incorporou dimensões necessárias a discussão e/ou formulação de uma agenda de pesquisa relacionadas ao tema.

O eixo 06 foi criado no evento de 2016 com o nome de *A integração Sul-Americana*, do qual não há ementa disponível. Teve alteração no título no ano de 2018, passando a denominar-se *Integração regional e novos espaços da cooperação e do conflito internacional*, com a seguinte ementa: fundamentos do Novo e do Novíssimo Regionalismo e políticas de coesão territorial; Iniciativas de integração territorial sul-americanas (MERCOSUL, Pacto Andino, Alba-TCP, Unasul, Aliança do Pacífico): desafios e perspectivas frente às incertezas contemporâneas; Belt and Road Initiative e investimentos regionais; A América do Sul como uma região geopolítica e os rumos atuais da integração sul-americana; Repercussões das iniciativas de integração territorial; A dimensão política da integração física, das redes técnicas/informacionais e da conectividade regional; Integração como possibilidades de desenvolvimento territorial de regiões periféricas; Transnacionalização dos conflitos, sistema interestatal e segurança regional; Migrações internacionais: redes, transnacionalismos, refugiados e repercussões regionais; Poder global, hegemonia, novos atores e a questão regional; A ascensão da China nos cenários regionais e global: Belt and Road Initiative e investimentos no continente africano; Blocos regionais: avanços, retrocessos e fraturas no século XXI.

Como se nota, esse eixo veio cobrir temas relacionados à análise política regional, projetos e articulação com outras escalas.

O eixo 07 foi criado no evento de 2018, cujo título é *Território, política, cidadania e democracia*. Sua ementa é a seguinte: Políticas públicas, cidadania e Geografia; Espaços públicos e espaços políticos; Políticas da diferença e território; Novos espaços, canais e arenas do debate público; Manifestações políticas, ativismos sociais e direito à cidade; Territórios autônomos, territórios alternativos e política; Política da paisagem, patrimônio e cultura; Participação,

CIGOLINI, A. A

representação e Geografia; Geografia do voto e conexão eleitoral; Geografia e direito: espacialidades das normas e exceções.

Esse eixo proporciona um espaço de debates sobre temas que são fundamentais e estratégicos para a agenda de pesquisas da geografia política contemporânea.

Assim como eixo anterior, o 08 foi criado em 2018 cujo título é *Geografia política e ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas* tendo como ementa: Temas políticos emergentes no ensino da Geografia; Geografia, política e interdisciplinaridade no ensino básico; A educação e o ensino da Geografia em contextos territoriais e políticos alternativos; Cartografias e representações no ensino da Geografia; A dimensão política na produção de materiais didáticos; Experiências pedagógicas e metodologias inovadoras no diálogo com a Geografia Política; A dimensão (Geo)política do currículo; Os conceitos e categorias da geografia política no ensino da Geografia; O professor de Geografia e as políticas educacionais; Cidadania e movimentos sociais na educação: o espaço escolar como campo de ação política.

O eixo traz uma dimensão que, para uma disciplina que é componente obrigatória na educação escolar brasileira, não poderia em hipótese alguma faltar: a educação.

Esse quadro evolutivo dos eixos do CONGEO, no conjunto, mostra aquilo que, de fato, se pesquisa dentro da Geografia Política. Pode-se dizer que é a “cara” dessa disciplina no país. Reflete também, em grande parte, o que é afinal e para que serve a geografia política, conforme apontou Iná (2021). Há, uma convergência de questões propostas no artigo da autora e os temas debatidos nos CONGEOs. Por óbvio, nem tudo tem correspondência e, nem poderia ter, por se tratar de um evento feito a muitas mãos, por pesquisadores de todo Brasil e o artigo, a reflexão de uma autora, que embora com amplo e profundo conhecimento da disciplina, teorias e métodos, não poderia ser, ela própria, um retrato nacional do estado da arte, que o CONGEO oferece.

E o Estado? Não precisa sequer ser um leitor atento para perceber que o Estado, seja como ator, mediador ou interlocutor se relaciona direta ou

CIGOLINI, A. A

indiretamente com todos os eixos e com grande parte do conteúdo proposto nas ementas.

Com intuito de aprimorar esta afirmativa, fomos verificar nos títulos de cada trabalho, por eixo, se esse título apresentava alguma relação do Estado com a pesquisa que foi apresentada. A ideia era buscar se no título aparecia explicitamente o Estado, como Instituição Territorial, ou uma de suas divisões subnacionais. Também foi levado em consideração quando, explicitamente, a pesquisa se referia a análise de uma política pública ou projeto estatal. Desse modo pode-se dizer que essa abordagem tem uma caráter exploratório e tem limitações, mas como já argumentamos, a ideia é iniciar a discussão sobre a presença do Estado na pesquisa em Geografia Política no Brasil. O resultado dessa abordagem está exposto a seguir.

No eixo 01 há 18 trabalhos (de um total de 61) cujo título cita diretamente o Estado Territorial Nacional, ou uma de suas escalas, como ator principal no fenômeno a ser estudado, ou ainda cita Estado como protagonista de um projeto ou política estatal, que é o objeto da pesquisa.

No eixo 02, 22 trabalhos (de um total de 62) cujo título cita diretamente o Estado Territorial Nacional, ou uma de suas escalas, como ator principal no fenômeno a ser estudado, ou ainda cita Estado como protagonista de um projeto ou política estatal, que é o objeto da pesquisa.

No eixo 03, 19 trabalhos (de um total de 48) cujo título cita diretamente o Estado Territorial Nacional, ou uma de suas escalas, como ator principal no fenômeno a ser estudado, ou ainda cita Estado como protagonista de um projeto ou política estatal, que é o objeto da pesquisa.

No eixo 04, são 11 trabalhos (de um total de 54) cujo título cita diretamente o Estado Territorial Nacional, ou uma de suas escalas, como ator principal no fenômeno a ser estudado, ou ainda cita Estado como protagonista de um projeto ou política estatal, que é o objeto da pesquisa.

No eixo 05, 30 trabalhos (de um total de 94) cujo título cita diretamente o Estado Territorial Nacional, ou uma de suas escalas, como ator principal no

CIGOLINI, A. A

fenômeno a ser estudado, ou ainda cita Estado como protagonista de um projeto ou política estatal, que é o objeto da pesquisa.

No eixo 06, 16 trabalhos (de um total de 37) cujo título cita diretamente o Estado Territorial Nacional, ou uma de suas escalas, como ator principal no fenômeno a ser estudado, ou ainda cita Estado como protagonista de um projeto ou política estatal, que é o objeto da pesquisa.

No Eixo 07, 04 trabalhos (de um total de 30) cujo título cita diretamente o Estado Territorial Nacional, ou uma de suas escalas, como ator principal no fenômeno a ser estudado, ou ainda cita Estado como protagonista de um projeto ou política estatal, que é o objeto da pesquisa.

No eixo 08, 05 trabalhos (de um total de 28) cujo título cita diretamente o Estado Territorial Nacional, ou uma de suas escalas, como ator principal no fenômeno a ser estudado, ou ainda cita Estado como protagonista de um projeto ou política estatal, que é o objeto da pesquisa.

A primeira conclusão que se pode chegar, a partir desse levantamento, é que o Estado ainda é objeto central na Geografia Política, tese que defendemos. Direta, indiretamente ou de forma transversal aos temas, ele está presente. Com isso pode-se problematizar a seguinte questão:

Outro fantasma da geografia política é, também paradoxalmente, o modelo Estado moderno territorial. E aqui se coloca a questão que não quer calar. Como fazer geografia política sem compreender o que é esse modelo? Até para criticar é preciso conhecer e a recusa em debruçar sobre o objeto, substituindo a análise por adjetivos que em muitos trabalhos de geografia daria um bom glossário da incompreensão sobre o que se trata. (CASTRO, 2021, p.07).

Essa é a questão fundamental. Talvez, o problema, ou a nossa deficiência seja uma certa fragilidade no entendimento teórico sobre o Estado, que deveria ser mais clarificada. Em Bobbio (2007) encontramos muitos elementos para

CIGOLINI, A. A

debater o entendimento do Estado, a partir de várias perspectivas teóricas. Para Bourdieu:

O Estado não se reduz a um aparelho de poder a serviço dos dominantes nem a um lugar neutro de reabsorção dos conflitos: ele constitui a forma de crença coletiva que estrutura o conjunto da via social nas sociedades fortemente diferenciadas (BOURDIEU, 2014, p.493).

Muito embora as novas perspectivas da geografia política são imprescindíveis para entender o mundo contemporâneo, o Estado também o é. Não podemos nos enganar: ele ainda é fundamental na produção das espacialidades políticas, por sua capacidade de centralizar relações e criar/provocar fenômenos econômicos, culturais, políticos e sociais que se projetam de alguma forma sobre o espaço. É óbvio que temos que analisar como grupos particulares criam espaços através dos seus desejos, valores e práticas, mas o Estado, como vetor de poder, de alguma forma interage com esses desejos, valores e práticas, de forma negativa ou positiva. No fim, o resultado espacial tem a marca do grupo e das suas estratégias, nas quais o Estado deverá ser considerado. Dessa forma também acreditamos que:

O século XXI ainda vive sob o formato institucional do modelo Estado moderno ocidental, mesmo que haja casos em que apenas a existência de fronteiras corresponda ao modelo. Se pensarmos que esse modelo se inscreve na *longue durée* de Braudel, ainda vamos ter que conviver com suas normas por algum tempo, melhor então compreendê-lo” (CASTRO, 2021, p.08).

Por outro lado, é importante destacar um outro aspecto: independente do discussão teórica e intelectual sobre o Estado, ele é visto fora desse ambiente analítico não como teoria, mas como práticas que se materializam. Nesse sentido, uma coisa é entender o Estado a partir de concepções oriundas de diferentes teorias políticas. Outra é a experiência concreta, dos grupos, comunidades, parcelas sociais com o Estado. Creio que os trabalhos de Geografia Política têm se debruçado muito sobre essas experiências concretas e o Estado, nesse caso, é

CIGOLINI, A. A

mais um ator na construção da realidade. Concordamos que “é só olhar em torno, no espaço ou no tempo, na história dos povos e na história individual de cada um, e verificar que não existe vida social sem coerção” (CASTRO, 2021, p.03).

Embora a obediência, em governos legítimos, seja à lei, essa só é igual para todos dentro de um modelo teórico ideal de Estado de direito. No mundo do cotidiano governos legítimos agem de forma, muitas vezes, ilegítima. O caso brasileiro é exemplar, em que o Estado é o fiador histórico da permanência da desigualdade e da violência. Convencer aqueles que sofrem desse Estado real, que essa Instituição se funda no poder legítimo, é um desafio, pois não é assim que o Estado se mostra. Sem entender isso não há como entender as práticas de grupos sociais, suas opções e o porquê eles veem o Estado como um aparelho a serviço de apenas uma parte da sociedade. Também não há como entender a opção de muitos pesquisadores que têm essa realidade como objeto. O problema seria a experiência do Estado como violência, não como campo, por excelência, dos embates através da política.

### **Considerações finais**

A partir das questões trazidas por esse texto, algumas considerações podem ser evidenciadas para reflexão.

A primeira é que o Estado ainda é um elemento central à análise da disciplina que ora estamos debatendo: a geografia política. O que falta é a presença de uma análise mais profunda sobre o sentido do Estado e suas ações. Não somente do Estado a partir das suas concepções teóricas, mas quem sabe, debater essas teorias à luz das ações do Estado concreto que temos.

Dizer que política e Estado são intimamente relacionados é pouco. Uma produz o outro, numa perspectiva dialética. A política não é vinculada somente ao Estado, mas é necessário entender a ação deste na produção de espacialidades como fenômeno transescalar. O Estado continua sendo uma força centrípeta –

CIGOLINI, A. A

para o bem ou para o mal, mas esse julgamento sempre é a partir de perspectivas teóricas e político-ideológicas de cada um, sendo isso legítimo.

Reconhecemos o Estado como mediador, sem dúvida, mas não é uma mediação neutra, embora a visão dele como instrumento da classe dominante é absolutamente limitadora. Concordamos que o Estado pode ser considerado como uma Instituição Universal, mas tem que ser compreendido e analisados de forma particular, a partir de realidades concretos, nos marcos históricos, sociológicos e geográficos da sociedade específica.

## BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade - Por uma teoria geral da política**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2005.

CASTRO, Iná Elias. Geografia política: o que é afinal e para que serve. **Espaço & Geografia**, vol.24, n.2 (2021). Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, UNB, Brasília-DF.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec, 1992.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso Serve, em primeiro lugar para fazer guerra**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

REBRAGEO - Rede Brasileira de Geografia e Política. **Anais dos CONGEOS**. Disponível em <https://www.rebrageo.org>, acesso em 02.12.2021.

SANGUIN, André-Louis. A evolução da geografia Política desde os anos de 1990: uma perspectiva internacional. In: **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – Racionalidades e Práticas em Múltiplas Escalas**. Contribuição do I CONGEO para a pesquisa geográfica no Brasil. Org. Augusto César Pinheiro da Silva. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

CIGOLINI, A. A

Smith, Graham. Teoria política e geografia humana. In: Gregory, D., Martin, R., Smith, G. (Orgs.), **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.